

PAÍS EM CRISE

PACOTES DE BONDIDADES

TEMER VACILA NO AJUSTE

FISCAL E É PRESSIONADO

Empresários e aliados criticam rumos da política fiscal

RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

Enquanto crescem as chances de permanecer no comando do país até 2018, o presidente interino Michel Temer (PMDB-SP) flexibiliza sua promessa de austeridade fiscal e de reformas estruturais para recuperar uma economia em colapso. Exemplos mais recentes dessa diluição de meta são as benevolentes renegociações das dívidas dos Estados e a Emenda Constitucional (PEC) que fixa limites de gastos públicos país afora.

Diante dos rumos imprevisíveis, empresários e partidos aliados questionam a política fiscal e exigem o cumprimento imediato das medidas saneadoras. Mas o fato é que as condicionantes mais severas foram perdendo força à medida que parlamentares e governadores impuseram exigências à mesa.

Em busca de apoio e confiança no funcionalismo público, Temer já havia patrocinado reajuste generalizado nos três Poderes da esfera

federal. Em um dos recuos mais recentes no controle de gastos, a equipe econômica cedeu a apelos de Estados em crise orçamentária e fiscal, tirando da conta uma contrapartida mais rigorosa de gastos com pessoal.

Resultado: tido como “czar” da economia e fiador da retomada do crescimento, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem sofrido reveses seguidos. Está sob risco de desgaste público. Economistas experimentados se preocupam com a repetição do filme “Dilma Rousseff e Joaquim Levy”, cujo enredo terminou no completo esvaziamento do ajuste fiscal pretendido pelo isolado titular da Fazenda.

De tal modo se repetem os vícios de coalizão partidária que a falta de pulso firme ameaça reformas mais ousadas. A da Previdência, estudada por técnicos e equipes ministeriais, já anuncia uma guerra. Não à toa, o Comitê de Política Monetária manteve a taxa básica de juros nos mesmos

14,25% do último ano – explicitando incertezas quanto à efetividade do ajuste prometido pelo governo.

Diante desse contexto, o economista e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sa-

LULA MARQUES/AGÊNCIA PT - 29/06/2016



Pressionado, Temer flexibilizou dívidas estaduais e PEC de teto de gastos

muel Pessoa, teme que a tentativa de ajuste seja abanada mais uma vez. “É só resgatar a trajetória, vimos esse filme com Dilma e Levy: as medidas chegaram ao Congresso e foram desfiguradas. Temer e sua

equipe econômica, por melhor que seja, podem reproduzir o mesmo enredo”.

Secretário-geral da Associação Contas Abertas, o economista Gil Castello Branco nunca acreditou numa virada de página imediata após o afastamento de Dilma. Sua constatação serve ao PT e ao PMDB: “Se o partido do governante não tem compromisso com medidas de austeridade porque entende ferir direitos adquiridos (como na Previdência e na reforma trabalhista), é claro que os aliados terão posição idêntica”.

Se o governo se fragiliza, frisa Gil, é muito provável que a base parlamentar não se sinta comprometida, muito menos para aprovar medidas impopulares. “Temer tem que se equilibrar para manter a base forte no Congresso, mas não desagradar à sociedade e ao mercado, que esperavam mudanças mais imediatas. A popularidade do governo dele já sofreu abalos por conta disso”.

OPINIÃO DA GAZETA

Fazer o que prometeu

Michel Temer tem bagagem suficiente para saber que não há como governar sem contrariar interesses. Ele conquistou o apoio de parte importante do setor produtivo porque prometeu cortar gastos e reduzir a ineficiência estatal. Um desafio concreto que já passou da hora de ser enfrentado no Brasil. Se não falou ao vento, sabia

que contrariaria interesses. Quase três meses após tomar posse interinamente, o que temos é, em meio a uma das maiores ondas de desemprego da história brasileira, uma série de aumentos robustos para o andar de cima do setor público, que, por conta da estabilidade, não conhece a palavra demissão. Argumentar que os au-

mentos estavam orçados é fragilíssimo, afinal, quem não tem dinheiro - caso do Estado brasileiro em quase todas as esferas - tem de cortar na carne independentemente do orçamento. É o que o empresário tem feito nos últimos dois anos. Ou Temer passa fazer o que prometeu ou em breve cairá em descrédito, levando consigo a imagem do Brasil.

RECUOS SUCESSIVOS

▼ Amenizando

O projeto que alivia dívidas dos Estados com a União já teve várias versões devido a pressão de governadores com contas desequilibradas. Segunda-feira, a equipe econômica aceitou que saiam da conta de gasto com pessoal o Judiciário (por dez anos), as despesas com terceirização e auxílios.

▼ Exceção vira regra

Terça, o governo aceitou que a exceção fosse estendida a outros poderes e que todas as contrapartidas saiam do texto, com exceção do teto

para o gasto. Quarta, o ministro Henrique Meirelles admitiu que pode incluir os Estados na PEC que limita os gastos. Para ele, o teto para os Estados já faz parte do projeto de renegociação das dívidas e não precisaria constar da PEC. Em junho, porém, Temer disse que incluiria na PEC a limitação dos gastos estaduais.

▼ Derrotas

Esta semana, o Planalto já sofreu derrotas em três frentes importantes: o alívio das dívidas estaduais ficou sem contrapartidas

desejadas; a Emenda Constitucional sobre a fixação do limite de gastos (PEC do Teto) parou numa comissão do Senado; e o projeto de venda de dívidas do contribuinte, que busca alternativa de arrecadação, não foi a votação. Há novos embates à vista.

▼ Cartas na manga

Embora tente ganhar no Congresso usando o velho troca-troca, o governo não descarta o aumento de impostos, caso o Legislativo não aprove os projetos de ajuste fiscal.

PAÍS EM CRISE



Empresários locais esperam cortes após impeachment

Para lideranças, equipe econômica fará reformas assim que saída de Dilma se confirmar neste mês

/// RONDINELLI TOMAZELLI
/// ABDO FILHO

Os recuos de Michel Temer na condução do ajuste fiscal preocupam lideranças empresariais capixabas, mas representantes da indústria e do comércio debitam essa demora no contexto de turbulência política, crenças na execução de reformas estruturais assim que o tumultuado processo de impeachment for concluído.

Para Aridelmo Teixeira, presidente da ONG Espírito Santo em Ação, os recuos revelam um governo ainda frágil. “Diante de um desafio grande, o governo precisa de um respaldo maior. Se continuar assim, é daí para pior. É voltar para o que Dilma vinha fazendo”.

A “fagulha de esperança”, segundo ele, está na postergação do ajuste até a consu-

mação do impeachment, cuja votação final deve ser em 25 de agosto. “A nossa esperança é que seja uma transição, mas essa redução de marola está saindo muito cara. Não temos certeza do que acontecerá, mas, pelo perfil e qualidade da equipe econômica, esperamos que o ajuste seja feito, cortando o que tiver de ser cortado”.

Leitura semelhante faz Aristóteles Passos Costa Neto, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fines). “É uma consequência da interinidade. Quem está lá sabe o que precisa ser feito, que precisamos de austeridade, mas o mundo novo, com as medidas que o país precisa, só deve vir no fim do mês, após a resolução desse impasse político. Quero crer nisso; caso contrário, teremos problemas”.

Já o vice-presidente da Fecomércio no Espírito Santo, Idalberto Moro, considera alarmante a sucessão de benesses de Temer. Por ou-



ARQUIVO

Aridelmo espera que ajustes sejam feitos pelo governo

tro lado, o vice-presidente do Sinduscon, José Elcio Lorenzon, acredita que os aumentos salariais e o alívio nas dívidas dos Estados com a União refletem uma situação atípica e sem saída enfrentada por Temer.

“O governo está muito flexível diante de um país

dos, acho uma situação extremamente preocupante para o Brasil”, critica Moro.

Segundo o dirigente do comércio, haverá grande impacto e repercussão de médio prazo no crescimento futuro se continuar a crescer o índice da dívida em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). “Esse índice era 54% há dois anos e estamos com 70%, face à queda do PIB e ao aumento da dívida. Então. O Brasil ficará sem capacidade nenhuma de investimento, nenhuma”, alerta.

Já Lorenzon ameniza as contradições do novo governo. Para ele, um servidor público que não tem aumento há oito anos só não está pior que os 11 milhões de desempregados. “Quando Temer liberou o aumento do funcionalismo, fez compelido pela situação de instabilidade. Já na renegociação de dívida dos Estados, vem adotando medidas coerentes, condizentes com as dificuldades do país”.

IMPASSE



“O mundo novo, com as medidas que o país precisa, só deve vir após a resolução desse impasse político”

ARISTÓTELES PASSOS COSTA NETO
VICE-PRESIDENTE DA FINDES

CONCESSÕES



“Fazer essas concessões políticas que o Temer está fazendo é muito preocupante”

IDALBERTO MORO
VICE-PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO-ES